

A crise da administração escolar explicada através da crise motivacional

Maria João Carvalho

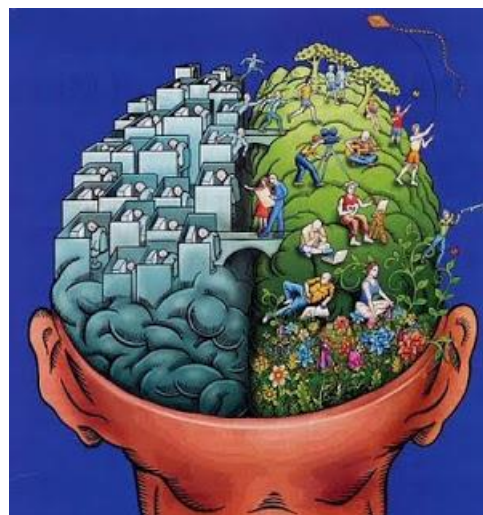
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro | Membro da direção do FPAE

Mesmo não podendo negar que, no capitalismo contemporâneo, num primeiro plano, as crises são de natureza económica, a verdade é que elas são plurais e complexas, o que justifica o impacto que têm na integração social, espaço onde também se insere a crise da administração escolar.

E se podemos encontrar na legitimação ou na racionalidade motivos explicativos para esta situação de crise em que a administração escolar se encontra, não posso deixar de dar o destaque merecido à questão da motivação, no caso, a falta dela, não só por ser um aspeto que tem vindo a ser, retoricamente, menorizado relativamente aos anteriores mas, sobretudo, por ser aspeto explicativo de uma organização escolar que cada vez mais existe à margem da participação dos atores na esfera decisória, em concreto dos professores, o que tem favorecido a ideia de uma democracia despolitizada ao mesmo tempo que impede a sua realização como sujeitos da sua própria história.

Uma conceção democrática de escola tem que reconhecer a igualdade e a valorização humana conseguidas à custa de uma conceção de decisão como experiência democrática. Ao furtar-lhes a possibilidade de iniciativa esvazia-se o exercício de cidadania e contraria-se o juízo que postula que a escola está ao serviço da democracia.

De tal modo que, em consequência de tal dirigismo, os professores, executores por excelência das decisões concebidas pelos seus superiores isolados no seu posto de mando, não passam de marionetas que se movimentam de acordo com as diretrizes decisórias que lhes são endereçadas. Uma fronteira que sugere que o pensamento é privilégio de uma minoria sem a qual uma organização perderia o seu rumo, o que parece motivar, ao mesmo tempo que justifica, a elevada quantidade de decretos-lei, despachos, ofícios, portarias que elucidam os atores educativos no sentido da sua ação. A lógica dominante é a produção normativa como corolário do controlo que se quer manter a todo o custo.



O contínuo avolumar do corpus legislativo é um claro sintoma de uma política educativa duplamente controladora: controladora do meio pela tentativa de o abranger o mais

pormenorizadamente possível; controladora de pessoas, pela tentativa de controlar comportamentos. Nesse sentido é castradora de experiências dialógicas e democráticas e, colonizadora de um sentido crítico e interventivo que recusa a emancipação e a saída da menoridade que as decisões engendradas pelos atores educativos poderiam produzir.

Ao naturalizar-se a situação de subalternidade relativamente às determinações estabelecidas pelas instâncias superiores e ao declinar-se qualquer experiência de debate e análise dos problemas, que pudessem proporcionar condições de autêntica vivência democrática, até porque a produção das políticas educativas se tem dado sem a anuência dos que estão comprometidos, diretamente, com o trabalho educativo, diminui-se seriamente a possibilidade de um diálogo crítico que favorecesse a transformação da sociedade ao invés da adaptação ao mercado. Diríamos, por isso, que a burocracia arranca aos indivíduos a sua autonomia, comanda o seu trabalho e organiza as suas atividades.

Nesta linha, a escola é um instrumento ao serviço do Estado e da autoridade económica, atuando de forma tutelar sobre os comportamentos no sentido de assegurar essa ordem, não permitindo que seja questionada, ao mesmo tempo que restringe o espaço escolar ao predomínio das linguagens dominantes, eliminando o vocabulário associado a formas criativas de gerar o saber e reduzindo o pensamento ao seu uso instrumental.

Daí que possamos afirmar que nem sempre existem respostas para os porquês de algumas das mudanças implementadas, como se a pergunta sobre eficácia e eficiência para quê e para quem não tivesse qualquer razoabilidade.